

## **PROJETO DE LEI Nº 5.807, de 2013**

*“Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração –ANM, e dá outras providências”*

### **EMENDA SUPRESSIVA Nº**

Suprime-se o art. 13 do projeto.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O teor do dispositivo, na sua forma original, é absolutamente pernicioso às atividades econômicas que se desenvolvem sob o primado da livre concorrência. Contém ameaça inaceitável ao setor de produção de bens minerais, que, mantida a norma, passaria a viver sob a incerteza permanente representada pela possibilidade de o poder concedente fixar condições restritivas à participação de empresas ou de grupos empresariais nos certames licitatórios de áreas para aproveitamento mineral.

Demais disso, o ordenamento jurídico brasileiro reserva já ao órgão nacional de defesa da concorrência - o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) - competência para atuar com vistas a assegurar a livre competição nos vários setores da atividade econômica.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 2013

Deputado ARNALDO JARDIM  
PPS/SP

**\*D1E9B36448\***

D1E9B36448